

Plenário vota hoje programa de proteção a vítimas e testemunhas

Para facilitar o andamento das investigações, o projeto de lei, que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, permite também o perdão judicial ao acusado que, sendo primário, colabore com a apuração do crime



O plenário também aprecia nesta semana indicações do presidente da República para os cargos de embaixador na Arábia Saudita, em Barbados e Angola

O Senado vota hoje, em regime de urgência, projeto que cria o Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Acusados ou condenados que se disponham a colaborar com a investigação policial e com o processo criminal

também são beneficiados. Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma.

Amanhã, os senadores votam três indicações de diplomatas para postos no exterior.

PÁGINA 3

CPI do Judiciário completa 43 depoimentos

PÁGINA 4

Favela era sede de empresa que negociava milhões

A CPI dos Bancos resolveu investigar as operações realizadas por Roberto Cruz Moyses, ex-genro de Salvatore Cacciola, dono do Banco Marka. A decisão foi tomada depois de se descobrir que uma das empresas de Moyses negociava milhões, mas tinha um casebre de favela como endereço.

Em depoimento à comissão, o diretor de Relações com o Mercado do Banco do Brasil, Carlos Caetano, atribuiu a falência da Encol à falta de capacidade gerencial do ex-dono da empresa.

PÁGINAS 4 E 5

CAE debate prevenção ao tabagismo

PÁGINA 3



Ex-diretor do BB, Edson Soares Ferreira (à esquerda na mesa) disse à CPI que o ex-dono da Encol, Pedro Paulo de Souza, "é um homem sério", mas cometeu "equivocos"



A CAS examinará ainda uma pauta de nove itens

Audiência da CAS debate investimentos sociais

O ministro do Orçamento, Pedro Parente, deve comparecer à reunião de amanhã

Presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se amanhã, às 17h, para realizar audiência pública com o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente; o diretor-executivo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Murilo Portugal; e com o diretor-executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antonio Cláudio Sochaczewski.

A audiência foi marcada para debater os recursos do orçamento da União para a área social, especialmente aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, mediante a concessão de financiamentos externos para redução da pobreza.

Em seguida, a CAS se reunirá para examinar uma pauta de nove itens, entre eles projeto do senador Gilvam Borges

(PMDB-AP) dispo de sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. Relatora da matéria, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) tem parecer favorável, na forma de substitutivo.

Também será apreciado projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) dispo de sobre o uso da talidomida. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) é o relator e tem parecer favorável à matéria, mas com duas emendas. Ainda aguarda votação projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) estabelecendo normas para registro de diploma de graduados em medicina, enfermagem, farmácia, bioquímica, odontologia e fisioterapia. A relatora, Maria do Carmo Alves (PFL-SE), é favorável à matéria.

Reforma política está na pauta de quarta na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) examina, na quarta-feira, além de projetos da reforma política, proposta que trata dos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos diante das conclusões das CPIs. Também analisará, entre outros, projeto que dispõe sobre o processo de julgamento de ações de



Jorge Bornhausen quer ampliar prazo de filiação

na Constituição a criação do Ministério da Defesa.

Uma das propostas de reforma política, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), amplia de um para quatro anos o prazo de filiação partidária para candidato a cargo eletivo, majoritário ou proporcional, que já tenha sido filiado a outro partido político. A exigência é dispensada nos casos de fusão, incorporação ou fundação

de partido. O projeto estabelece o prazo mínimo de um ano de filiação para quem queira concorrer às eleições, no caso de primeira filiação.



PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 22/99, estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítima e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal; e *Requerimento nº 290/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 322 e 324 de 1999, por versarem sobre condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

COMISSÕES

- 16h - CPI do Judiciário
Oitivas: Laila Kezen Machado Fonseca, advogada; Nair Aparecida Furtado Guimarães, atualmente juíza classista do TRT/RJ; e Ana Telma Wainstock, ex-juíza classista - 1ª instância do Rio de Janeiro. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- 16h30 - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Ofício "S" nº 23/99, que encaminha ao Senado parecer Dedip/Diare-99/157, de 1999, contendo manifestação do Banco Central relativa ao pedido do governo do estado do Rio de Janeiro, para emitir Letras Financeiras do Tesouro do estado do Rio de Janeiro, cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária vinculável no segundo semestre de 1999; *PLC nº 76/95, altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.698/71, sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da previdência social; *PLS nº 266/99, que dispõe sobre incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes; *PLS nº 12/99, que transfere os recursos previstos no art. 159, I, "c", da Constituição para a gestão do Banco de Brasília (BRB); *PLS nº 166/96, que dispõe sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes, institui taxa de 10% sobre a venda de produtos contendo nicotina, destinando o produto de sua arrecadação ao incentivo ao esporte amador; e *PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
- 17h - CPI do Sistema Financeiro
Convidados: Carlos Alberto de Araújo, membro do Conselho Fiscal do Banco do Brasil; João Batista Camargo, ex-diretor de Recursos Humanos do Banco do Brasil; e Roldão Izuel Cassimiro, síndico da massa falida da Encol. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 3*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

- Terça-feira
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Mensagem nº 278/98, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Dinah Flusser, para exercer a função de embaixadora do Brasil em Barbados e, cumulativamente, em São Cristóvão e Névis; *Mensagem nº 100/99, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Jorge D'Escagnolle Taunay Filho, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República de Angola, e cumulativamente, junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe; *Mensagem nº 104/99, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Sérgio Gama Figueira, para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Omã e República do Iêmen; *Requerimento nº 325/99, do senador João Alberto Souza, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 160/99 - Complementar, que responsabiliza as instituições financeiras pelo pagamento dos cheques emitidos por seus clientes; *Requerimento nº 326/99, do senador Carlos Patrocínio, solicitando a tramitação conjunta dos PECs nºs 31 e 44 de 1999, por versarem sobre o voto facultativo; e *Requerimento nº 327/99, do senador Romero Jucá, solicitando que sobre o PR nº 52/99, de autoria do senador Leomar Quintanilha, que altera a Resolução nº 96/89, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito externo e interno da União, de suas outorgas e demais entidades controladas pelo poder público federal, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Fiscalização e Controle.
- 19h - Sessão do Congresso Nacional
Pauta: Apreciação do substitutivo apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2000, de iniciativa do Poder Executivo. *Plenário da Câmara dos Deputados*
- Quarta-feira
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Requerimento nº 224/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 188 e 216, de 1999, por versarem sobre a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo território nacional.

COMISSÕES

- Terça-feira
10h - CPI do Judiciário
Oitivas: Sócios da empresa Ikal, Fábio Monteiro de Barros Filho e José Eduardo Correia Ferraz. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1999

Pauta: Item 1: *Eleição do vice-presidente, tendo como candidato o senador Alberto Silva; Item 2: *PLS nº 279/99, da senadora Luzia Toledo, que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações, definindo a obrigatoriedade de as emissoras de televisão veicularem, ao longo de sua programação diária, por cerca de 90 segundos, fotografias de pessoas desaparecidas ou seqüestradas, além do telefone para contato; e *PLS nº 202/99, do senador Antero Paes de Barros, que modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações, estabelecendo que 50% da programação das emissoras de rádio e TV devem ter seu teor voltado para a cultura local ou regional. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

- 11h30 - Comissão de Educação
Pauta: Item 1 - Instalação e eleição do presidente e relator e indicação dos membros da Subcomissão do Cinema Brasileiro; Item 2 - *PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de Programação Educativa para Crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento; *PLS nº 245/96, que dispõe sobre a proteção ao Patrimônio Fossilífero; *PLS 43/99, revoga o art. 2º, da Lei nº 9.191/95, altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 236/96, que dispõe sobre a Educação Profissional em Nível Nacional; *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 22/99, que denomina "rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 264/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional; *PLS nº 252/99, modifica a Lei nº 9.766/98, que altera a legislação do salário-educação; *PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; *PLS nº 314/99, que denomina aeroporto Campo dos Palmares - Zumbi e Dandara o aeroporto Campo dos Palmares, em Maceió (AL); *PLS nº 218/99, que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Uned), de Colatina; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; *PLS nº 341/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos; *PLS nº 320/99, que denomina "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos" o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco (AC); *PLS nº 340/99, que dispõe sobre a instituição do "Dia Nacional do Imigrante Italiano"; *PLS nº 235/99, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial; e *Projetos de Decretos Legislativos nºs 54/99, 95/99, 57/99, 98/99, 97/99, e 79/99, que tratam de renovação de concessão para emissoras de rádio. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

14h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: *PL nº 3/99 - CN; *Contas do presidente da República referentes ao exercício de 1997; *BR-393/RJ - divisa MG/RJ - Volta Redonda - entroncamento BR-116 (Mensagem 343/99-CN). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II) da Câmara dos Deputados*

17h - Comissão de Assuntos Sociais
Audiência pública para que sejam discutidos os recursos do orçamento da União para a área social, em particular aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, através da disponibilização de financiamentos externos para alívio da pobreza.

Convidados: Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, Pedro Pullen Parente; diretor executivo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Murilo Portugal; e o diretor executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antônio Cláudio Sochaczewski

Pauta: *PLC nº 54/96, regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025/96 e 6.305/75; *PLC nº 24/98, que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas; *PLC nº 50/98, acrescenta dispositivos ao art. 487 da CLT; *PLS nº 15/99, altera os arts. 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal, e o art. 75 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); *PLS nº 119/99, que dispõe sobre a inclusão de aviso alertando para os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis; *PLS nº 195/99, que dispõe sobre o uso da talidomida; *PLS nº 233/99, que estabelece normas para registro de diploma de graduados em medicina, enfermagem, farmácia, bioquímica, odontologia e fisioterapeutas; e *PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

Quarta-feira
10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 57/99, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico; *PLS nº 178/99, altera a Lei nº 4737/65, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9504/97, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir ligações nas eleições proporcionais; *PLS nº 158/99, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito. *PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e a outros sistemas de informações de órgãos públicos; *PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota hoje proteção a testemunhas

Projeto originário da Câmara dos Deputados prevê, também, garantia a acusado ou condenado que tenha, voluntariamente, prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal

O plenário do Senado vota hoje, em regime de urgência, projeto estabelecendo normas para a organização de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

O projeto dispõe, também, sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Originário da Câmara, o projeto foi relatado favoravelmente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e aprovado, na semana passada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria abre a possibilidade de concessão de perdão judicial ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado voluntariamente com a investigação do crime.

Na opinião do relator, os sistemas de proteção a testemunhas fortalecem os direitos humanos e facilitam as pesquisas para a investigação.

– O projeto representa o equilíbrio entre o interesse do Estado, que tem

o direito de punir, mas depende de prova, e o da vítima e da testemunha que por falta de segurança, às vezes, se recusam a colaborar – argumentou o senador.

EMBAIXADORES

Amanhã, o Senado vota três mensagens presidenciais que submetem à aprovação da Casa nomes de diplomatas para postos no exterior. São eles: Dinah Flusser, ministra de segunda classe, para exercer o cargo de embaixadora em Barbados, cumulativamente com São Cristovão e Névis; Jorge D'Escragno Taunay Filho, ministro da segunda classe, para o cargo de embaixador em Angola e, cumulativamente, na República Democrática de São Tomé e Príncipe; e Luiz Sérgio Gama Figueira, ministro de primeira classe, para o cargo de embaixador no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Omã e República do Iêmen.



O plenário deverá examinar o relatório de Romeu Tuma favorável ao projeto, já aprovado na CCJ



Entre as novidades que o Congresso deverá examinar está o controle do custo das obras federais ou realizadas com recursos transferidos pela União

Congresso aprecia proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Em sessão do Congresso Nacional, senadores e deputados votam amanhã, às 19h, o substitutivo do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2000, originária do Executivo. O substitutivo foi aprovado no último dia 16 pela Comissão Mista formada para examinar a matéria.

Entre as novidades propostas no substitutivo do relator está a criação de dispositivos destinados ao controle do custo das obras federais ou realizadas com recursos transferidos pela União. Com a medida, os gastos com a construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção, acréscimo de até 30% para cobrir custos, como a elaboração de projetos.

O substitutivo aprovado pela Comissão de Orçamento também estabelece

metas de superávit primário (receitas menos despesa, exclusive juros) de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo 2,6% dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social, e 0,1% das empresas estatais federais. O relator Luiz Estevão explicou que os recursos obtidos com essa economia serão utilizados para reduzir a dívida interna.

REUNIÕES ABERTAS

Ao votarem o substitutivo, diversos deputados parabenizaram o relator pelo “caráter democrático” com que conduziu a elaboração do parecer, promovendo reuniões abertas a todos os parlamentares, tanto aos governistas quanto aos da oposição.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou o trabalho de Luiz Estevão, dizendo que ele se esforçou para dar prestígio ao Congresso, inclusive proibindo a possibilidade de contingenciamento das dotações orçamentárias do Senado e da Câmara.

CE examina programação educativa na televisão

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h30, para examinar uma pauta de 25 itens, entre eles projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças na televisão, estabelecendo sanções pelo seu descumprimento. Relator da matéria, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) tem parecer favorável.

A comissão deve apreciar projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio. O senador Freitas Neto (PFL-PI), presidente da CE, que é o relator da proposta, tem parecer favorável, mas com emendas.

No mesmo dia, a CE deve indicar os membros, além de instalar e eleger o presidente e o relator da Subcomissão do Cinema Brasileiro.

De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aguarda votação projeto que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fóssilífero, o qual tem parecer favorável, mas com emendas, do senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Deve ser votado também projeto da senadora Marina Silva (PT-AC), que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, o qual tem parecer pela aprovação do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).



Pedro Simon sugere sanções para as emissoras de televisão que não veicularem programação educativa

Comissão analisa amanhã contas do governo de 97

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se amanhã para apreciar as contas do presidente da República referentes a 1997. O parecer do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), é favorável à aprovação.

Lobão analisa alguns temas destacados do parecer prévio apresentado pelo ministro Humberto Souto e aprovado pelo Tribunal de Contas da União. Entre esses temas estão os números relativos à política e ação social do governo, infra-estrutura, financiamentos externos, dívida pública federal interna, carga tributária nacional e Programa Nacional de Desestatização.

A comissão deve decidir também

sobre parecer referente a obra que, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999, teve sua execução vedada por constar de lista de construções irregulares encaminhada pelo TCU ao Congresso. A obra – o Trevo das Garças, no entroncamento da BR-116 com a BR-393, no município de Volta Redonda/RJ – está a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Assim como a Secretaria Federal de Controle, o relator da matéria na comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), considerou as explicações do DNER insatisfatórias e recomendou a “manutenção da vedação referente à autorização para a execução orçamentária”.

CAE discute a prevenção ao tabagismo entre adolescentes

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), convocou reunião extraordinária para hoje, às 16h30, quando será examinado projeto que dispõe sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes e institui taxa de 10% sobre a venda de produtos contendo nicotina. O produto da arrecadação dessa taxa se destinaria a incentivar o esporte amador. De autoria do ex-senador Odacir Soares, o projeto será relatado por Jefferson Péres (PDT-AM), que tem parecer favorável a seu sobrestamento.

Também aguarda deliberação projeto do deputado Cunha Bueno, relatado favoravelmente pelo senador Antero de Barros (PSDB-MT), dispondo sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão contem dispositivos que possibilitem o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.

A CAE deve examinar projeto do se-

nado José Eduardo Dutra que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural. Relator da matéria, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) tem parecer favorável à iniciativa, nos termos de um substitutivo.

INFÂNCIA

Outro projeto que deve ser votado é o que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispondo sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar. O relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), é favorável, nos termos de um substitutivo.

Aguarda ainda decisão mensagem do Banco Central relativa a pedido do governo do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado, cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária que vence no segundo semestre de 1999. O parecer do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), é favorável, nos termos de um projeto de resolução.

Comissão já colheu 43 depoimentos em dois meses

Com dois meses de funcionamento, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que está investigando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, proposta pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, já ouviu o depoimento de 43 pessoas. Presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a comissão tem o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) como vice-presidente e o senador Paulo Souto (PFL-BA) como relator. Foram detalhados casos envolvendo os tribunais regionais do Trabalho da Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro, o Poder Judiciário do Amazonas, do Pará e do Distrito Federal, além da Vara da Infância e Adolescência de Jundiá (SP).

A construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo é um dos principais pontos analisados pela comissão. A obra, até hoje inacabada, consumiu cerca de R\$ 230 milhões. A CPI investiga também diversas denúncias envolvendo a administração do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. Nepotismo, irregularidades na aquisição de imóveis, apropriação indébita de recursos públicos e compras sem licitação são algumas das denúncias. Outro tribunal do Trabalho investigado é o do Rio de Janeiro. Os senadores apuram denúncias



cias de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, durante a gestão do então presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994.

O Tribunal de Justiça do Amazonas também é alvo da CPI, já que, segundo denúncias, que chegaram à CPI e que foram confirmadas por membros do Ministério Público do Amazonas, o desembargador Daniel Ferreira concedeu alvarás de soltura ilegais para traficantes. Outro caso é o das adoções em Jundiá (SP). Os senadores suspeitam que o ex-juiz da Vara da Infância do município, Luiz Beethoven, tenha montado um esquema para retirar o pátrio-poder de mães no município e possibilitar adoções de crianças, principalmente para o exterior.

O caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, cuja herança deixada por seu pai, o empresário Washington Nominatto, teria sido dilapidada no decorrer do processo de inventário, foi o primeiro fato novo investigado. A denúncia não constava do requerimento de criação da CPI. De acordo com o advogado Luiz Octávio Amaral, que defendeu a mãe do menor, da herança estimada em R\$ 30 milhões, restaram apenas 3%.



A CPI do Judiciário tem investigado denúncias como as de superfaturamento na construção de edifícios e de irregularidades administrativas

Juizas falarão hoje sobre irregularidades no TRT-RJ

A CPI do Judiciário reúne-se hoje, às 16h, para ouvir depoimentos da advogada Laila Kezen Machado e das juizas classistas Nair Guimarães e Ana Telma Wainstock. Elas falarão sobre as denúncias de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, principalmente durante a gestão do então presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994.

Amanhã, os senadores ouvem os empresários Fábio Monteiro de Barros e José Eduardo Correia, donos da construtora Incal, responsável pela obra do Fórum Trabalhista de São Paulo. A CPI investiga suspeitas de superfaturamento no em-

preendimento. A CPI investiga a participação do juiz Nicolau dos Santos Neto, que presidia a comissão da obra.

O último depoimento da semana, na quarta-feira, é o do advogado Roberto Jorge Dino, inspetor judicial nomeado pelo juiz Asdrúbal Cruxên para acompanhar o andamento do inventário do empresário Washington Nominatto. De acordo com depoimentos prestados à CPI, a herança deixada para o filho do empresário, Luiz Gustavo Nominatto, teria sido dilapidada durante o inventário. A partir do dia 1º de julho, o Senado tem recesso de um mês. Os senadores vão aproveitar o tempo para trabalhos internos, incluindo a análise de documentos.

CPI investiga empresa que

Senador Romeu Tuma explica que as empresas Teletrust e Phon detrimento dos fundos de pensão, compradores das debêntures

Arruda negocia solução para impasse com o STF

Depois de uma conversa com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e do recebimento de uma carta do ministro Sepúlveda Pertence, esclarecendo a posição do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente em exercício da CPI do Sistema Financeiro, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que já se está encontrando uma solução para o impasse criado entre a comissão e o STF. A conversa com Fernando Henrique e com Antonio Carlos foi boa, segundo o senador, e indica que será possível "sanar as dificuldades momentâneas e recuperar a capacidade de investigação da CPI".

A carta do ministro Sepúlveda Pertence chegou na sexta-feira à comissão. Segundo Arruda, a carta esclarece a posição do Supremo a respeito das liminares concedidas suspendendo a decisão da CPI quanto à indisponibilidade de bens e à quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoas investigadas. Arruda esclareceu que a posição do STF é de que a

CPI poderá continuar a pedir a quebra dos sigilos dos investigados, mas não deverá tornar públicas as informações obtidas.

Para o senador, ficou claro, nas explicações de Sepúlveda Pertence, que o STF mantém os poderes de investigação da CPI, pois a suspensão da quebra de sigilo foi apenas nos casos dos ex-controladores dos bancos Marka e FonteCindam e do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes. Mas, na carta, acrescentou Arruda, o ministro do STF deixa claro que isso não impede a comissão de continuar as investigações e o seu trabalho. O ponto mais discutível, observou, é a questão da indisponibilidade de bens.

– A indisponibilidade é discutível, mas não atrapalha as investigações da CPI, somente atrapalharia a cobertura de eventuais prejuízos. Quanto à quebra de sigilo, suspensa pelas liminares do STF, em nenhum instante o tribunal questionou os poderes constitucionais da CPI. O STF reconhece que a CPI pode pedir a quebra do sigilo das pessoas investigadas. O que o STF não reconhece é que essas informações, obtidas com a quebra do sigilo, sejam publicadas – explicou Arruda.

Para Emilia e Suplicy, manutenção de liminares prejudica atividades

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Emilia Fernandes (PDT-RS) afirmaram na sexta-feira que os trabalhos da CPI do Sistema Financeiro continuarão prejudicados enquanto não for casada a liminar que suspendeu a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central. O ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao conceder liminar favorável a Lopes, revogou as medidas adotadas pela comissão. Na sexta-feira, Sepúlveda enviou carta à CPI, esclarecendo que a liminar não tem efeito sobre outras pessoas investigadas pela comissão.

– A carta do ministro Sepúlveda Pertence restitui os poderes da CPI, apenas em termos. Continuamos cerceados, já que não podemos analisar os dados referentes à quebra de sigilo. E isso é gravíssimo. A sociedade deseja que tudo seja esclarecido – opinou Emilia.

Suplicy apelou para que o STF julgue, antes do recesso parlamentar de julho, o mérito do agravo interposto pela CPI para revogar a liminar. Dessa forma, sustentou o senador paulista, os senadores terão um mês para analisar os documentos.

– Confio que o Supremo decida favoravelmente à CPI, resgatando suas prerrogativas constitucionais. Não imagino que o STF vá rasgar a Constituição. Do contrário, continuaremos com dificuldades de trabalhar – alertou o senador.

Já o senador Romero Jucá (PSDB-RR) considerou a carta do ministro esclarecedora. “Sepúlveda ressalta que a questão é pontual, referindo-se apenas a Chico Lopes, o que não impede que a comissão continue seu trabalho.” Mesmo que o ex-presidente consiga manter a decisão favorável no julgamento do mérito, Jucá não acredita que isso seja empecilho para que ele seja responsabilizado, se for o caso.

– As informações com as quais a CPI trabalha já são públicas e o próprio Ministério Público tem indícios suficientes para suas ações – analisou.

Romero Jucá acha que o episódio servirá para aprimorar os métodos de investigação de futuras comissões parlamentares de inquérito. “Vamos criar uma sistemática para os casos de pedidos de quebra de sigilo que evite sobressaltos e garanta o bom andamento das investigações”, informou.

Carta esclarece abrangência da decisão

Em carta enviada à CPI do Sistema Financeiro, o ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, disse que a liminar concedida ao economista Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, não atinge outras pessoas investigadas pela CPI. O próprio ministro Sepúlveda Pertence concedeu liminar revogando a quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal e a indisponibilidade dos bens de Lopes.

“A liminar não tem por objeto a suspensão dos efeitos do requerimento 127 (que criou a CPI), mas sim da decisão formalizada na reunião de 24 de abril de 1997. Ainda assim, unicamente, como já explicitado, no que diz respeito ao impetrante (Francisco Lopes)”, explica a carta de Sepúlveda.

De acordo com o ministro do STF, as dúvidas sobre os efeitos da liminar foram provocadas por um equívoco da secretaria do tribunal. Ofício encaminhado à CPI, junto com o despacho que concedeu a liminar, ensejou a interpretação de que os efeitos se estenderiam aos demais investigados pela comissão.

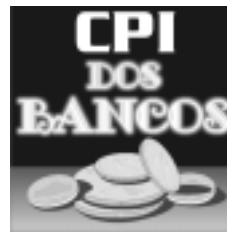
negociava milhões, mas tinha sede em favela

serviços foram abertas no interesse do Banco Marka, “para darem aparência de legalidade a negócios suspeitos, em Phoneserv”. No endereço de uma das firmas existe apenas um humilde casebre, no qual mora uma família há sete anos



Em depoimento à CPI, Edson Soares Ferreira (observado pelos senadores Arruda e João Alberto) disse que, nas negociações e operações entre o BB e a Encol, agiu para defender os interesses do banco

A CPI do Sistema Financeiro decidiu investigar a fundo as operações das empresas de Roberto



Cruz Moyses, ex-genro de Salvatore Cacciola, ex-dono do Banco Marka. A CPI descobriu que Moyses fundou várias empresas e uma delas, chamada Teletrust S/A, vendeu R\$ 240 milhões de debêntures aos fundos de pensão estatais Previ, Petros, Sistel, Funcep e Valia. Uma segunda dava como endereço um casebre de favela.

Conforme o senador Romeu Tuma (PFL-SP), até aí tudo bem, exceto que as debêntures estavam lastreadas em planos de expansão de linhas telefônicas, cujos valores “todo mundo sabia” que iriam despencar após a privatização das companhias de telecomunicações. Resultado: no próximo dia 1º, as debêntures serão resgatadas, mas a Teletrust só tem condições de pagar a metade do valor dos papéis. Assim, os cinco fundos de pensão terão um prejuízo de aproximadamente R\$ 120 milhões.

A Polícia Federal, continua Romeu Tuma, já descobriu que o braço operacional da Teletrust é a empresa “fantasma” Phoneserv, cujo endereço legal fica numa favela da periferia da cidade de Santana do Parnaíba (SP). Lá, existe apenas “um humilde casebre”, no qual mora uma família há sete anos e ninguém nunca ouviu falar de Phoneserv.

Tuma acrescenta que tanto a Teletrust quanto a Phoneserv foram abertas no interesse do Banco Marka, “para darem aparência de legalidade a negócios suspeitos, em detrimento dos fundos de pensão, compradores das debêntures”. Um dos objetivos da CPI é investigar a venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, ao Banco Marka.

Existem ainda outras duas empresas, FTI Participações e Sausalito Assessoria e Consultoria, em nome do ex-genro de Cacciola e de Jorge Gurgel Fernandes (este também é sócio da Teletrust). A primeira tem como sócio uma empresa sediada no Uruguai (Federal Town International Corporation), representada no Brasil pelo próprio ex-genro, Roberto Moyses. A segunda, por sua vez, tem como endereço legal uma casa em Barueri (SP), mas a dona do imóvel disse à Polícia que apenas costuma alugar a sala para o uso eventual de um contador.

Por tudo isso, a CPI do Sistema Financeiro decidiu quebrar o sigilo fiscal, bancário e telefônico de todas as empresas do ex-genro de Salvatore Cacciola. Para o senador Romeu Tuma, não há dúvidas de que elas foram criadas para trabalhar para o Banco Marka “em operações suspeitas”.

Bancos públicos são acusados de esquecer mutuários

Os depoimentos sobre o caso da construtora Encol ainda não esclareceram por que, apesar dos empréstimos obtidos no setor bancário, a empresa não conseguiu entregar os imóveis concluídos para os 42 mil mutuários, afirmou, na sexta-feira, o presidente em exercício da CPI do Sistema Financeiro, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Para o senador, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, envolvidos nas operações com a Encol, não cumpriram seu papel de ter como alvo o público, no caso os mutuários, e objetivaram apenas a obtenção do pagamento dos empréstimos.

Em depoimento à CPI, o ex-diretor de

Crédito e Seguridade do Banco do Brasil, Edson Soares Ferreira, disse que, nas negociações e operações entre o BB e a Encol, agiu para defender os interesses do banco. Ele lamentou que o problema de gerenciamento e uma situação financeira problemática da construtora tenham impedido que os mutuários recebessem seus imóveis.

Em resposta às indagações do relator da CPI, João Alberto Souza (PMDB-MA), sobre a situação da empresa antes e depois de 1994, Ferreira disse que, diante de relatórios conclusivos sobre a situação de dificuldades da Encol, a partir de 1995, o BB não realizou novas operações

com a construtora, apenas renegociou as dívidas. Observou que a situação da empresa já não era tão boa antes de 1994.

Em resposta ao senador Romero Jucá (PSDB-RR), o ex-diretor do BB negou que tenha indicado ou influenciado na escolha de Jorge Washington para assumir, como executivo, o cargo de diretor da Encol, como afirmou Pedro Paulo na CPI.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Emilia Fernandes (PDT-RS) também questionaram o depoente sobre as operações do banco com a construtora.

Mais dois do BB têm depoimento marcado para hoje

A CPI do Sistema Financeiro tomará hoje os últimos depoimentos antes do recesso parlamentar de julho. Serão questionados sobre as operações entre o Banco do Brasil e a Encol João Batista Camargo, ex-diretor de Recursos Humanos do BB, e Carlos Alberto de Araújo, membro do Conselho Fiscal do banco. Ainda hoje, a comissão de inquérito do Senado ouvirá o síndico da massa falida da Encol, Roldão Izael Cassimiro. Os depoimentos começarão às 17h. Amanhã, a CPI não terá reunião, pois o Congresso estará votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Na quarta, os senadores devem reunir-se a portas fechadas para decidir sobre os nomes das pessoas a serem ouvidas, na primeira semana de agosto, sobre o Proer. Durante o recesso, continuarão trabalhando normalmente os funcionários do Senado e do Tribunal de Contas da União que vêm analisando os documentos obtidos com a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico de pessoas investigadas.



Carlos Gilberto disse que era difícil saber com exatidão o passivo da Encol

Diretor atribui quebra da Encol a falta de capacidade gerencial

Em depoimento à CPI do Sistema Financeiro na sexta-feira, o diretor de Finanças e Relações com o Mercado do Banco do Brasil, Carlos Gilberto Caetano, disse que a Encol faliu devido à falta de capacidade gerencial de seu ex-dono, Pedro Paulo de Souza.

— A empresa ganhou uma dimensão muito grande, fora do controle do Pedro Paulo. A minha percepção é que ele é um homem simples, honrado, mas sem capacidade de gestão — opinou.

Carlos Caetano defendeu a liberação de garantias da Encol feita pelo Banco do Brasil porque, segundo ele, a operação abateu R\$ 18 milhões da dívida da construtora. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) perguntou se o grande número de ações na Justiça contra a Encol não era razão suficiente para desencorajar a operação de ajuda. O diretor do Banco do Brasil admitiu que era difícil ter a noção exata do passivo da construtora.

Arlindo vê ameaça ao programa nuclear

Preocupado com a indefinição, senador aponta reflexos negativos no desenvolvimento de programa: sem estímulo, técnicos e pesquisadores estão pedindo demissão ou aposentadoria

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) disse na sexta-feira que a política nuclear brasileira passa por séria indefinição, com reflexos negativos na área da pesquisa e no próprio desenvolvimento do programa nuclear. Para o senador, é necessário que o governo e o Congresso Nacional tomem providências no sentido de mudar o atual quadro, considerado por ele como grave, principalmente na área da pesquisa.

Como exemplo, Arlindo Porto, que falou pela liderança do PTB, citou o caso do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), instituto de pesquisa da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Segundo ele, esse centro, um dos responsáveis pela transferência de tecnologia nuclear para o

país, dentro do acordo Brasil-Alemanha, está com o seu funcionamento ameaçado.

– O CDTN já contou com 700 funcionários. Hoje são apenas 450, número que pode ser ainda mais reduzido pela incerteza quanto ao regime de aposentadoria e pela falta de estímulos, entre os quais melhores salários e recursos para a manutenção das pesquisas – disse o senador, ao acrescentar que a atual situação pode acelerar aposentadorias e demissões, desfalcando ainda mais um quadro técnico imprescindível ao desenvolvimento brasileiro.

Arlindo Porto acredita que é necessário dar aos pesquisadores e técnicos da área nuclear um tratamento adequado e justo, ao lado de uma firme política nuclear de médio e longo prazos.



Arlindo Porto reivindica para os pesquisadores e técnicos da área nuclear um tratamento adequado e justo

“O país não pode ficar sem pesquisa nuclear, e sem desenvolver equipamentos, materiais e processos. Não podemos perder mais mercados no presen-

te e deixar de ganhar novos mercados no futuro pela falta de providências relativamente simples e não excessivamente onerosas”, concluiu.

Nabor Júnior condena acirramento de paixões na política no Acre

Todos os homens públicos têm adversários políticos, mas isso não autoriza sua transformação “em inimigos odiados e odientos”, afirmou na sexta-feira o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) a propósito do acirramento de ânimos e posições que estaria ocorrendo no Acre. A seu ver, tal clima só encontraria correspondência “no auge do regime autoritário”.

Com base no noticiário e nos editoriais dos principais jornais locais, o senador referiu-se a pronunciamentos do líder do governo na Assembléia Legislativa do estado, segundo o qual o governador Jorge Viana teria condicionado a visita de Fernando Henrique Cardoso ao Acre à liberação de recursos para as BRs do estado. Sem acusar diretamente o governador como promotor do clima de confronto com o poder central, os editoriais da imprensa passaram a cobrar um posicionamento claro de Jorge Viana, com o que concorda o senador.

– É estéril a discussão para saber se Jorge Viana está atrás disso. Ele preci-



Nabor Júnior lembra que a tolerância com adversários é a essência da “arte de governar”

sa, isso sim, tomar a dianteira e determinar a seus aliados que esse não é o melhor caminho – opinou.

Para Nabor Júnior, sua própria história política esclarece o porquê de semelhante posição. Deputado estadual,

deputado federal e, depois, governador, o senador disse: “Como governador civil convivendo com o regime militar, a que sempre fiz oposição, jamais deixei de buscar o diálogo franco, aberto, democrático, altaneiro, com o poder central”.

Além de considerar o acirramento das paixões políticas um ingrediente nefasto, o senador disse acreditar que a defesa das propostas político-eleitorais e a firmeza dos princípios administrativos são compatíveis com o diálogo e o respeito aos que, na vida pública, colocam-se em campos contrapostos. Essa tolerância, a seu ver, seria a essência da “arte de governar”, definida por ele como meio de “corrigir, construir, reformar”.

Os adversários políticos não precisam se omitir nem abandonar suas convicções no exercício da necessária tolerância, mas, no entender de Nabor Júnior, não é lícito transformar princípios “em armas que agridem mais a sociedade do que as pessoas visadas por sua violenta utilização”.

Carlos Bezerra sugere porto seco em MT



Carlos Bezerra afirma que Rondonópolis tem todos os requisitos para ser porto seco

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu na sexta-feira a criação de um porto seco em Rondonópolis, que considerou a capital econômica do estado de Mato Grosso. O porto seco é uma estação aduaneira localizada no interior do país e que desembaraça, na origem, os produtos exportados, facilitando as vendas ao exterior e gerando tributos para a região onde está instalada. O Brasil tem 32 dessas estações, sendo a maior parte delas em São Paulo. O Centro-Oeste não conta com nenhuma.

O rápido desenvolvimento econômico da região de Rondonópolis justifica a instalação ali de um porto seco, segundo Carlos Bezerra. Ele disse que Rondonópolis não só eleva a cada ano a sua pro-

dução agrícola como também cresce industrialmente, inclusive em setores de ponta, havendo no município grande volume de produtos exportáveis. No pedido que está encaminhando ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, Bezerra lembra que Rondonópolis será o principal pólo de desenvolvimento ao longo da Ferronorte, ferrovia que está sendo concluída.

Carlos Bezerra disse que a estação aduaneira em Rondonópolis seria uma forma de aumentar os investimentos na região Centro-Oeste, que ainda estão aquém do necessário, até para resolver problemas de outras regiões. “Precisamos tirar a migração de São Paulo, que está inchado”, argumentou o senador.

Patrocínio destaca recuperação de ponte no TO

A decisão do Ministério dos Transportes de liberar R\$ 700 mil para recuperar a Ponte do Estreito, na divisa do Tocantins e Maranhão, na Belém-Brasília, foi destacada pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Ele justificou a importância da ponte que, segundo informou, está em condições precárias e corre o risco de desabar, lembrando que a Belém-Brasília é o único acesso rodoviário no sentido Norte/Sul.

Carlos Patrocínio observou que há um ano já tinha alertado o Ministério dos Transportes e o DNER sobre os perigos de a Ponte do Estreito ser definitivamente interditada ao tráfego, e chegou a solicitar verbas para que as obras de recuperação fossem iniciadas.

“A iniciativa do ministro Eliseu Padilha vem em boa hora”, afirmou o senador, informando que o recurso emergencial foi liberado após visita do ministro à ponte, na manhã de sexta-feira. Compareceram à solenidade de liberação dos recursos, entre outros líderes políticos, o presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

Na mesma oportunidade, Carlos Patrocínio desmentiu que índios estivessem impedindo as obras de asfaltamento de um trecho da BR-230 – a Transamazônica – na altura do município de Tocantinópolis, no estado do Tocantins. Segundo o senador, os índios querem apenas que o governo construa duas pontes na localidade onde moram e faça a limpeza da área.



Carlos Patrocínio explica que a Ponte do Estreito está em condições precárias



Quintanilha observa que os empresários disporão de uma nova opção de transporte

Novo trecho na BR-153 ajuda produtor rural

Ao informar que no momento em que ocupava a tribuna no plenário do Senado, o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, inaugurava um trecho de 50 km da BR-153 – ligando Vanderlândia (TO) a Xambioá (PA) –, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) aplaudiu a medida do governo.

– Com a inauguração desse trecho, os empresários do Tocantins começarão a dispor de uma opção intermodal para transportar seus produtos – ressaltou.

Quintanilha informou que a BR-153 se integrará à hidrovia Araguaia-Tocantins e à Ferrovia do Aço, facilitando a intermodalidade para o transporte de mercadorias na região. Isso, segundo ele, representará importante economia para os produtores, que até agora dependiam exclusivamente do transporte rodoviário, o que encarecia o frete.

Ademir denuncia desvio de recursos do Fundef

Senador diz ter recebido informações de que prefeitos não estão dando prioridade à qualificação profissional dos professores nem à melhoria dos salários do magistério. Em muitos casos, o dinheiro estaria sendo usado politicamente

CPI beneficia sociedade, diz Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou na sexta-feira que a atmosfera criada pelo funcionamento da CPI do Judiciário já vem produzindo resultados práticos em benefício da sociedade. "Recentemente, a Justiça de Brasília



Mozarildo lembrou exemplo da Justiça do DF

implantou plantão de 24 horas para atender às demandas da população, inclusive com a presença de juízes", disse.

Para Mozarildo, a tão reclamada modernização do Judiciário somente se tornará realidade quando se constituir em reivindicação consciente da sociedade brasileira. "Mas a CPI já deu um resultado estrutural importante ao agilizar a tramitação do projeto de reforma do Judiciário na Câmara e orientar as discussões no sentido de que essa reforma garanta a supremacia do efetivo interesse público sobre os interesses da magistratura", observou.

Ele ressaltou que, há muito, os melhores profissionais de Direito sustentam que a estrutura judiciária é anacrônica e incapaz de chegar a todos, independente de nível socioeconômico ou localização geográfica. "Somente com a CPI, porém, essas idéias saíram dos gabinetes e esses trabalhos certamente apontarão no sentido de se conseguir uma Justiça ágil, eficaz e igualitária, como garante a Constituição e reclama o país."

Apesar de acreditar que a lei que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) tem aspectos positivos, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que, na prática, estão acontecendo "barbaridades" na destinação de recursos para governos e prefeituras. Com essa percepção, Ademir apresentou, na sexta-feira, requerimento de informação, dirigido ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, pedindo esclarecimentos sobre a fiscalização e o controle do governo federal no cumprimento dos requisitos necessários para liberação dos recursos aos municípios.

Ademir, que vem recebendo queixas sobre distorções e desvirtuamento dos princípios legais, denunciou que prefeitos têm desviado os recursos do Fundef

e não estão dando prioridade à qualificação profissional dos professores nem à melhoria dos salários do magistério. Segundo ele, em muitos casos, o dinheiro está sendo utilizado politicamente e até mesmo "roubado".

O senador enviou ofícios aos presidentes dos tribunais de Contas do Pará e da União solicitando os resultados dos levantamentos feitos pelos órgãos sobre a aplicação dos recursos do Fundef. Ademir suspeita que a maioria dos municípios não criou plano de carreira para os professores nem conselhos municipais para gestão do fundo, condições estabelecidas na lei para o recebimento do dinheiro.

Em alguns municípios, disse Ademir, o conselho de fiscalização do Fundef nem sequer foi constituído e o dinheiro



Ademir quer que o governo use a TV para conscientizar a população de seus direitos

vai direto para as mãos do prefeito, sem qualquer controle. Para o senador, parte do problema deve-se ao baixo nível de organização política da população, que reduz a possibilidade de uma boa

aplicação da lei.

— O governo, em vez de estar gastando milhões de reais com propaganda imbecil, idiota e mentirosa, deveria estar colocando na televisão mensagens para ensinar a população a zelar pelos seus direitos — reclamou o senador, anunciando que quando receber respostas a seu requerimento irá apresentar propostas para corrigir as distorções detectadas.

A senadora Heloisa Helena (PT-AL), em aparte, compartilhou das preocupações levantadas por Ademir. Na sua opinião, os pressupostos da lei, como a descentralização do gerenciamento, a democratização e o controle social, precisam ser melhor fiscalizados. Ela sugeriu que o problema seja debatido quando o ministro da Educação comparecer ao Senado.

Arruda pede apoio a projeto que aumenta verba para o setor cultural

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) conclamou, na sexta-feira, os agentes culturais do país a trabalhar para a aprovação final de seu projeto que destina 10% do faturamento bruto das loterias federais, administradas pela Caixa Econômica Federal, para o financiamento de projetos culturais regionais e nacionais. Atualmente, a percentagem é de 1%.

— A medida representará uma autêntica revolução no setor — garantiu o senador.

Segundo Arruda, o projeto, já aprovado pela Comissão de Educação, foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, onde será relatado pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP). Ainda de acordo com Arruda, Piva vem recebendo de setores econômicos ligados à Caixa Econô-



Arruda previu que medida representará uma "autêntica revolução"

mica Federal (CEF) opiniões contrárias ao projeto.

— Mas tenho certeza de que será possível se chegar a um entendimen-

to — disse o autor.

Arruda ressaltou a relevância do projeto para garantir o desenvolvimento do cinema, da música e do teatro brasileiros e a permanência de manifestações culturais regionais como frevo, congada, artesanato e tantos outros.

— O faturamento bruto das loterias federais é de R\$ 2 bilhões, dos quais R\$ 600 milhões se destinam aos prêmios aos jogadores. Se um pessoa recebe dez milhões ou nove apenas, não muda nada. Para a cultura, passar de R\$ 20 milhões para R\$ 200 milhões/ano muda tudo no setor — ponderou.

Para o senador pelo DF, está na hora de se dar apoio institucional à cultura, porque o Brasil não pode continuar na improvisação, no empírico cultural.



Heloisa Helena criticou lobby que tenta atrasar projetos contra fumo e álcool

Heloisa elogia matéria do Correio sobre o tabagismo

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) elogiou, na manhã de sexta-feira, a "coragem" do jornal *Correio Brasileiro*, que publicou na primeira página de sua edição da última quinta-feira uma foto sob o título "O cigarro matou este homem", exibindo a agonia de um doente terminal de câncer provocado pelo tabagismo. A senadora criticou, por outro lado, o "lobby poderoso que atrasa a tramitação de projetos importantes contra drogas socialmente aceitas e criminosamente estimuladas, como o fumo e o álcool".

Ela afirmou que são do conhecimento geral os males provocados pelo consumo de fumo e álcool, e destacou que é lamentável o volume de gastos públicos com o tratamento das doenças que essas drogas provocam. A senadora fez um apelo às lideranças partidárias na Casa para que "confirmem a tramitação dos projetos que tratam da publicidade dessas drogas o mesmo regime de urgência que acaba de ser concedido à tramitação do projeto da Rádio Beija-Flor" — referindo-se a projeto que outorga concessão à Rádio Beija-Flor para exploração de serviços de radiodifusão no Amapá.

Lauro vê propriedade capitalista como causa de desequilíbrio

A propriedade privada capitalista é, segundo afirmou na sexta-feira o senador Lauro Campos (PT-DF), a causa dos grandes desequilíbrios que marcam a vida nas sociedades contemporâneas, inclusive no Brasil, onde ela justifica que se mate um trabalhador que quer um alqueire de terra para trabalhar.

— Atualmente, a realidade global, segundo dados oficiais, indica que 358 pessoas são proprietárias do correspondente ao que recebem de salário 2 bilhões e 800 milhões de trabalhadores, e se não colocarmos cobro a esse absurdo a sociedade humana não terá como sobreviver por muito tempo — alertou Lauro.

O senador fez um histórico dos diversos tipos de propriedade, frisando



Lauro traçou histórico dos diversos tipos de propriedade

que desde Sócrates e Platão o instituto da propriedade privada já era considerado "prejudicial ao desenvolvimento humano".

Para Lauro Campos, após a introdução de tecnologias mais sofisticadas, como a que marcou a transformação do produto artesanal em manufaturado, o sentido da propriedade foi desvirtuado.

— Antes, a propriedade era entendida como o resultado do trabalho de um homem. A propriedade era como sua sombra. Com o surgimento do capitalismo e da revolução industrial, esse sentido foi alterado, de modo que o capitalista ficou autorizado a se apropriar não apenas daquilo que ele paga para o trabalhador produzir, mas também da outra parte que ele não paga e chama de lucro — protestou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Especial Unip* — Assunto: Adolescentes e as drogas
6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Yoga
7h30 — *Especial Unip* — Assunto: Adolescentes e as drogas
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — O senador Lúdio Coelho fala sobre reforma agrária
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cidadania*
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — *Cores do Brasil* — Em destaque: Bahia
10h30 — *Especial Unip* — Assunto: Adolescentes e as drogas
10h55 — *Senado em Pauta*
11h — *Especial* — O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista o cirurgião plástico Ivo Pitanguy
11h30 — *Espaço Cultural* — Apresentando o cantor Evaldo Gouveia
12h — *Jornal do Senado*
12h30 — *Entrevista* — O senador Lúdio Coelho fala sobre reforma agrária
13h — *Cores do Brasil* — Em destaque: Dendê da Bahia
13h30 — *Cidadania*

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — O senador Lúdio Coelho fala sobre reforma agrária
19h — *Cores do Brasil* — Em destaque: Campina Grande
19h30 — *Cidadania*
20h30 — *Entrevista* — O senador Lúdio Coelho fala sobre reforma agrária
21h — *Jornal do Senado*
21h25 — *Senado em Pauta*
21h30 — *Cidadania*
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

Emilia propõe lista tríplice para diretor da PF

Projeto, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, prevê ainda que o indicado pelo presidente da República só possa ser nomeado depois de aprovado pelo Senado

Já tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de autoria da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) estabelecendo que o diretor-geral da Polícia Federal seja indicado pelo presidente da República a partir de lista tríplice apresentada pelo ministro da Justiça. A nomeação, à semelhança do cargo de procurador-geral da República, dependerá de sabatina e



Para Emilia, diretor não pode ficar sob a tutela do presidente da República

aprovação do Senado e o diretor-geral da PF terá mandato de dois anos, permitida a recondução. A proposta será apreciada em caráter terminativo pela CCJ, informou a senadora.

Entre as razões que justificam o projeto, Emilia salientou que a função de diretor-geral da PF não está limitada aos domínios do interesse político do presidente e, sim, de toda a República, "tratando-se de uma das mais sensíveis áreas estratégicas do aparelho estatal federal". Nesse sentido, as regras atuais, ao atribuírem exclusivamente ao presidente da República o poder de nomear o diretor e ao deixá-lo exposto à possibilidade de exoneração arbitrária, limitam a autonomia funcional que a senadora considera necessária ao cargo.

As linhas de investigação, as priori-

dades de atuação, a concepção operacional e estratégica da PF e a eficiência na prevenção e repressão de delitos cuja relevância é internacional – como o contrabando e o tráfico de armas e drogas – recomendam que o cargo seja investido de mandato, para permitir "maior liberdade de formulação e execução das políticas estratégicas e institucionais da polícia judiciária da União", defendeu ela.

Emilia Fernandes lembrou que o projeto de reforma do Judiciário relatado pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira prevê que o Departamento de Polícia Federal passe a apurar também crimes contra os direitos humanos, atualmente sob responsabilidade da Polícia Civil.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apartou a senadora para registrar seu apoio e dizer que a recente nomeação do diretor-geral da PF, com os problemas e repercussão que gerou, revelou claramente a importância do cargo. Para Pedro Simon (PMDB-RS), a proposta de Emilia Fernandes é tão oportuna que, estivesse vigente, teria evitado os erros da chefia da Casa Militar da Presidência da República e os constrangimentos provocados pela nomeação de João Batista Campelo.

Jucá pede a chefe da Casa Militar para não se envolver com política

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) recomendou sexta-feira, da tribuna do Senado, que "o general Alberto Cardoso, excelente militar e excelente chefe da Casa Militar da Presidência da República, evite imiscuir-se em assuntos políticos e entrar em estados que não conhece". O alerta do parlamentar foi motivado pela divulgação, pela assessoria do governador de Roraima, de um bilhe-



Jucá repudiou a volta de Campelo para cargo em Roraima

te do general apoiando a recondução do delegado João Batista Campelo ao cargo de secretário de Segurança do estado, após breve passagem pelo Departamento de Polícia Federal (DPF).

Jucá sugeriu que o general consulte a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) antes de tomar iniciativas como essa. Ele anunciou para a próxima semana um ato de repúdio à nomeação de Campelo pelo governador de Rorai-

ma, a ser promovido por 22 entidades com atuação no estado, entre as quais a OAB local e a Igreja. "A opinião pública de Roraima não aceita a volta do delegado Campelo", disse o senador, que reafirmou a rejeição também do PSDB, em função do repúdio do partido a qualquer violação dos direitos humanos.

No pronunciamento, o senador também tratou da devolução pela Mesa da Câmara dos Deputados de diversos projetos autorizativos de autoria de senadores, que estavam tramitando naquela Casa. Jucá fez um apelo à Mesa do Senado, no sentido de "dialogar com a Mesa da Câmara para que seja revisto esse procedimento e os projetos autorizativos oriundos do Senado tenham tramitação normal, como fazemos aqui com as propostas que chegam da Câmara".

Requião critica editorial que ataca decisão do Senado sobre precatórios

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) chamou de "estultice e irresponsabilidade" o editorial "Epitáfio do Escândalo", publicado sexta-feira pelo *Jornal do Brasil* sobre a decisão do Senado a respeito dos títulos públicos emitidos por Santa Catarina, Alagoas e Pernambuco para supostamente pagar precatórios judiciais. Para o senador, o jornalista responsável pelo texto é um "apedeuta desinformado, que mostra desconhecimento sobre o assunto e desmoraliza o jornal".

Requião listou os erros contidos no editorial, a começar pela definição de precatórios, confundida pelo editorialista com os títulos públicos. Além disso, o jornalista escreveu que a Justiça autorizou a emissão de letras do Tesouro, mas o senador lembrou que quem autoriza tal operação é o Senado, com base na Constituição.

A afirmação do editorial de que a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a emissão dos títulos públicos, relatada por Requião, "concluiu de forma evasiva", também foi rechaçada pelo senador. Ele listou que, graças às investigações, 17 instituições financeiras foram liquidadas e que as conclusões foram enviadas ao Ministério Público que abriu inquéritos com base nas informações.



Requião condenou o que chamou de "samba do crioulo doido"

– A permanência desse moleque irresponsável no jornal só pode ser explicada por um acordo de compadres. O relatório da CPI foi um dos mais sérios e contundentes já votados pelo Senado – disse.

Ele classificou o texto como "besteiro sem sentido" e "samba do crioulo doido". Para o senador, "é lamentável que um jornal como o *JB*, em vez de informar, desinforme a população". Para sanar erros semelhantes, Requião insistiu na necessidade de o Congresso aprovar projeto de sua autoria regulamentando o direito de resposta. A matéria encontra-se no momento em tramitação na Câmara.

– O Congresso merece críticas, mas esse nível de desinformação é inadmissível. Fica aqui o meu protesto – afirmou, sugerindo que o jornal coloque o editorialista para cobrir outros assuntos, como polícia, em vez de tratar de temas que não conhece.

Requião questionou o fato de o Banco do Brasil possuir títulos "frios" derivados de precatórios judiciais, adquiridos do Banespa. Para ele, o governo não pode alegar ignorância sobre esses "micos". "Essa é mais uma manifestação de irresponsabilidade do governo federal", reclamou.

Lobão explica problema criado por projeto para o Banco do Brasil

As razões que o presidente do Banco do Brasil, Andrea Calabi, apresentou na última quinta-feira às lideranças partidárias reunidas na Presidência do Senado por Geraldo Melo (PSDB-RN) "foram convincentes", afirmou o senador Edison Lobão (PFL-MA).

Lobão também elogiou a atuação do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que criticara o fato de o Banco do Brasil ser portador de títulos da dívida do estado de São Paulo, que comprou do Banespa em razão da falta de capacidade de captação do banco estatal paulista.

Lobão informou que a reunião contou com a presença de Melo, Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Freire (PPS-PE), Jader Barbalho (PMDB-PA), Luiz Otávio (PPB-PA), José Fogaça (PMDB-RS) e José



No entender de Lobão, explicações do BB são "convincentes"

Eduardo Dutra (PT-SE), que ouviram as explicações de Calabi sobre os efeitos financeiros adversos ao BB.

– Todos compreenderam e prometeram encaminhar uma solução, enquanto Calabi enviará carta explicativa sobre objeções colocadas por Requião – disse.

Os problemas do BB seriam resultado de emenda apresentada por Dutra, incorporada pelo relator Fogaça e referendada pelo plenário, estabelecendo que o governo federal depositará os valores para pagamento dos precatórios em juízo, à espera de decisão da Justiça sobre sua validade. Como o BB detém R\$ 5 bilhões em precatórios, também ficaria na dependência da Justiça para receber esses recursos, o que prejudicaria as operações da instituição, explicou Lobão.



Para Suplicy, Cimeira pode contribuir para melhor repartição das riquezas

Suplicy sugere aliança contra a exclusão social e a pobreza

Políticas e estratégias que compensem os efeitos perversos da abertura mundial dos mercados de capitais, bens e serviços. É o que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) espera como resultados da Cimeira, a conferência de cúpula da América Latina, Caribe e União Européia que será realizada no Rio de Janeiro hoje e amanhã.

– Esperamos ouvir na Cimeira declarações no sentido de que haja mais circulação da riqueza e aliança contra a exclusão social e a pobreza – disse o senador, em discurso feito na última sexta-feira.

Suplicy informou que ele, Hugo Napoleão (PFL-PI) e Artur da Távola (PSDB-RJ) representarão o Senado no encontro.

Segundo o senador pelo PT, é preciso ver se a Cimeira vai criar condições econômicas e financeiras que não reflitam apenas a visão dos "donos do capital", mas que permitam à maioria da população desfrutar os benefícios do desenvolvimento. Suplicy é de opinião que um dos discursos mais importantes da reunião será o do presidente de Cuba, Fidel Castro, que tratará da solidariedade.

O pagamento de um salário na forma de renda mínima foi citado pelo senador como exemplo de política que garante a todos o direito à cidadania dentro da noção do cuidado com o próximo. Suplicy mencionou os trabalhos que se apóiam nessa filosofia escritos pelo teólogo e ex-frei Leonardo Boff. O senador também leu carta do presidente Fernando Henrique Cardoso em que este, respondendo a uma mensagem de Suplicy, elogia a proposta de um imposto sobre os fluxos internacionais de capitais feita pelo acadêmico norte-americano James Tobin.

Suplicy agradeceu a atenção do presidente, mas reclamou do governo maior velocidade na aplicação de recursos que reduzam o desemprego e a pobreza. O senador disse que é possível fazer mais do que o governo vem realizando para acelerar a reforma agrária, investir nas pequenas empresas e negócios tocados por pessoas de baixa renda, além de universalizar o programa de renda mínima.